

A Universidade necessária: Da que temos à que queremos

CARTA PROGRAMA DO “CHAPÃO DA ADUNESP” 2017

A Unesp é uma universidade *multicampi*, formada a partir de 14 Institutos Isolados, que passaram a integrar uma nova instituição em 1976. Evidentemente, nossa história está indelevelmente marcada por essa origem, cuja diversidade enriquece nossas possibilidades de atuação em nível local e nos permite um contato com diferentes regiões, possibilitando também uma atuação abrangente nas demandas das populações do estado de São Paulo.

Por outro lado, a gestão de tamanha diversidade – política, acadêmica e social – é uma tarefa complexa sob todos os pontos de vista. Há que se ter uma unidade que caracterize nossa identidade enquanto universidade, que tem múltiplas dimensões, explicitadas pela natureza e qualidade das nossas graduações; pela nossa trajetória científica, cultural e acadêmica; e pelo caráter dos serviços prestados à sociedade. Para isso, é necessário que sejamos contemplados com recursos públicos suficientes para manter adequadamente o funcionamento da Unesp, e que tenhamos uma distribuição interna apropriada desses recursos, com uma estrutura de poder local e central em que sejam expressas democraticamente, e atendidas, as legítimas demandas decorrentes da diversidade local e de uma unidade que nos caracteriza como uma universidade *multicampi*, e não como um ajuntamento de instituições, destituídas de um propósito comum.

As universidades públicas do estado de São Paulo gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, desde 1989, após muita organização e luta de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, articulada por diversas entidades, dentre as quais a Adunesp teve importante papel. Estas universidades são regidas pelos órgãos colegiados, suas instâncias deliberativas, que são compostos por membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo. Alguns docentes, pelos cargos que ocupam, são membros natos – reitor, pró-reitores e diretores de unidade, entre outros. Nesses órgãos, os demais representantes são eleitos diretamente por seus pares. Esses últimos, em sua maioria, são membros eleitos a partir da articulação do “Chapão da Adunesp”.

A nossa presença nos colegiados superiores da Unesp, por meio do “Chapão da Adunesp”, tem sido muito importante para ampliarmos o debate político sobre a função da universidade, sermos propositivos na gestão acadêmica da Unesp e consolidarmos uma estratégia de defesa independente e democrática da nossa universidade, resistindo às frequentes tentativas de uso político deste patrimônio do povo paulista por parte do governo estadual, bem como a todas as investidas autoritárias e autocráticas vindas da reitoria ou de qualquer outro setor da sociedade. Realizamos esse trabalho nos últimos anos elegendo colegas comprometidos com valores e princípios coletivamente construídos nas instâncias deliberativas da Adunesp (Congressos e Plenárias Estaduais) e no âmbito do nosso sindicato nacional, o Andes, do qual participamos ativamente e cujas diretrizes foram estabelecidas também com a nossa contribuição. Temos conseguido avanços e resistido às iniciativas deletérias ao modelo de universidade que defendemos, mas é urgente e necessário aprimorarmos nossa organização para fazer frente às dificuldades que se apresentam nesses próximos anos, cujo horizonte, marcado pela reforma trabalhista, lei da terceirização e reforma da Previdência, impõe uma trajetória de desmonte do serviço público brasileiro. No âmbito paulista, temos a recente iniciativa do governo Alckmin, que enviou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) o PL 920/2017, em regime de urgência, regulamentando, inclusive, o congelamento dos gastos primários, o que inclui, por exemplo, os salários e os benefícios do funcionalismo público (progressão nas carreiras e quinquênios).

Atualmente, estamos imersos num contexto de crise econômica, política e social que agrava a crise de financiamento das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza, situação que se arrasta desde antes da conquista da autonomia universitária, quando era investido um montante hoje equivalente a cerca de 11,6% do ICMS (Quota-Parte do Estado) para o seu financiamento. Atualmente – com muito custo, grandes mobilizações e infundáveis negociações com deputados estaduais e autoridades governamentais – conseguimos manter no texto da LDO a expressão “no mínimo 9,57%” da arrecadação do ICMS Quota-Parte do Estado, e temos sido frequentemente vítimas de uma química fiscal que deixa de alocar expressivos recursos para as universidades paulistas. Desta forma, é central continuarmos organizando a luta interna e externa pela ampliação de recursos públicos para financiar o ensino em nosso estado. Por outro lado, a reitoria da Unesp tem tomado medidas que confiscam conquistas históricas – como é o caso das carreiras de docentes e servidores técnico-administrativos e o recente confisco no vale alimentação dos professores substitutos –, represando contratações em substituição a aposentadorias, falecimentos e demissões, além da escalada repressiva que tem perpetrado contra os três segmentos, política essa mantida inalterada pela administração atual de Unesp.

É imperioso que valorizemos o tripé ensino-pesquisa-extensão, que tem sido sistematicamente violentado com a implementação de uma política questionável de internacionalização, produzindo graves e deletérias consequências para o ensino de graduação e para as atividades de extensão, relegando essas últimas a uma situação que traz dificuldades e prejuízos para ambas. Além disso, tramita no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) uma proposta de avaliação docente patrocinada pela reitoria e a CPA, que limita a dimensão do trabalho do professor, estabelecendo indexadores que tendem a controlar a natureza da produção realizada pelo docente/pesquisador e transfere para os Departamentos a tarefa antes exercida pela Comissão Permanente de Avaliação Docente (CPA) de julgar o nosso desempenho profissional com um instrumento que 17 Congregações e Conselhos Diretores manifestaram ter muitas restrições e 8 o rejeitaram em sua totalidade. Permanecem nesta “nova” proposta de avaliação os princípios que regiam a anterior. Ela continua a super valorizar a atividade de pesquisa, que é muito importante, em detrimento da docência e da extensão. Permanece para os docentes a imposição de produzir *papers* aos borbotões, sem grande preocupação com a qualidade, importância acadêmica e relevância social de sua produção, gerando, como na situação anterior, a maximização de publicações e o aligeiramento dos mestrados e doutorados. Evidentemente, não estamos aqui menosprezando o importante papel da pesquisa e de sua necessária internacionalização num mundo de dimensões científicas abrangentes, mas apenas reforçando que este processo não pode simplesmente ocorrer às custas da desintegração do tripé ensino-pesquisa-extensão, que sempre norteou nossas ações e que tem dimensão, inclusive, estatutária. Essas políticas, conduzidas de forma indiscriminada, certamente decorrem de uma concepção de universidade produtivista, descomprometida com a formação dos estudantes de graduação e com a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Mais do que isto, uma universidade pouco preocupada com a sua função social e com a dignidade do trabalho daqueles que, de fato, fazem dela o que ela é: os servidores técnico-administrativos e os seus docentes.

Este modelo é o oposto àquele que defendemos, ou seja, uma universidade autônoma, democrática e comprometida com uma formação de qualidade para os estudantes de graduação, com produção de pesquisa relevante para alargar os limites do conhecimento científico e tecnológico, e o compromisso de contribuir para a melhoria das condições de vida da maioria da população paulista e brasileira. Importante lembrar que este é o modelo proposto pelo histórico Caderno 2 do Andes, produzido nos anos 1980 e atualizado em 2013, cujos princípios norteadores contemplam uma proposta de universidade de gestão democrática, voltada para a boa formação dos estudantes, para uma produção de conhecimento relevante em sua dimensão científica e social, e na transferência desse conhecimento à sociedade, de modo a contribuir para que se estabeleçam melhores condições de vida para todos.

Assim, é imperioso, na defesa da Universidade Pública, que concretamente sejam estabelecidas as seguintes prioridades a serem defendidas por TODOS os representantes eleitos pelo “Chapão”:

1. Fazer avançar a democratização das instâncias de participação da comunidade e das estruturas de poder da universidade, com valorização da presença dos demais segmentos;
2. A democratização do acesso e gerenciamento do PDI: transparência na movimentação das alíneas orçamentárias e nos critérios de liberação de recursos;

NÃO HÁ CIDADANIA PLENA SEM SERVIÇOS PÚBLICOS!

3. Que não se criem novos cursos antes que os cursos que foram criados, e que estão em operação, estejam COMPLETAMENTE consolidados;
4. Lutar:
 - (a) pelo respeito às manifestações das unidades na discussão do processo de avaliação docente, considerando as propostas do I e II Fóruns das Grandes Áreas, realizados em 2010;
 - (b) Pela SUSPENSÃO IMEDIATA do atual processo de avaliação docente, que está desfigurando a universidade e adoecendo os professores e suas famílias.
5. A revisão da constituição da CPA, pela eleição dos seus membros pela comunidade;
6. Que as deliberações oriundas dos “julgamentos” da CPA sejam tomadas pelo CEPE, e não pelo reitor, ou seja, que a CPA seja uma Comissão assessora do CEPE, e não do reitor;
7. Discutir e propor políticas internas e ações externas, visando ampliar o número de programas de Pós-Graduação e/ou articular e estimular o acesso dos docentes, com produtividade adequada, aos programas de Pós-Graduação existentes, inclusive os *multicampi*;
8. O estabelecimento de uma carga horária didática de, NO MÁXIMO, 8 horas semanais/semestre por docente, de forma que possa desempenhar suas atividades de ensino-pesquisa-extensão e gestão, com a dedicação, qualidade e criatividade necessárias;
9. Que não sejam oferecidos cursos de formação inicial (graduação) em EAD;
10. A não contratação de pesquisadores até que todas as contratações de docentes necessárias aos cursos existentes tenham sido efetuadas;
11. Não criar vagas novas sem a consolidação da expansão já realizada a partir da ampliação de recursos definitivos para o financiamento da Unesp;
12. Trabalhar no sentido de:
 - (a) prover todos os *campi* de mínimas condições adequadas de trabalho;
 - (b) transformar os *campi* experimentais em unidades consolidadas, defendendo, inclusive, que tenham seus representantes docentes eleitos com direito a voz e voto no Conselho Universitário;
13. Não criar mais unidades complementares, auxiliares ou institutos de pesquisas antes da avaliação das atuais, bem como a consolidação das mesmas dentro de um plano que as coloque a serviço da universidade;
14. - Que a dinâmica das reuniões seja discutida previamente, em especial os principais pontos de pauta, de modo que o representante titular coloque o suplente a par do discutido e avise com antecedência seu suplente na eventualidade de sua ausência.